



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Quinquagésima Quinta Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reuniu-se nos dias 25 a 27 de abril do ano de dois mil e dois, na Cidade de Macapá, Capital do Estado do Amapá. A reunião instalou-se, solenemente, na sala de sessões do egrégio Tribunal de Justiça do Amapá, com a presença de todos os Desembargadores do Estado, sob a Presidência do Desembargador Carmo Antônio de Souza, com as presenças de várias autoridades, entre elas, a Governadora do Estado, Sra. Maria Dalva de Souza Figueiredo, Ministro Nilson Naves, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Senador Gilvan Pinheiro Borges, Dr. Helder José de Freitas Ferreira, representante de OAB/AP, Desembargador José Fernandes Filho, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, Deputado Paulo José da Silva Ramos, representante da Assembléia Legislativa do Amapá e de várias autoridades locais, discursando, na ocasião, os membros da mesa, acima citados. No dia seguinte, no salão de eventos do Hotel Ceta-Ecotel, tiveram início os trabalhos propriamente ditos, com as presenças de todos os Presidentes de Tribunais de Justiça, ou de seus representantes, às nove horas, com a presença honrosa do Ministro Nilson Naves. O Desembargador Carmo Antônio de Souza abriu os trabalhos agradecendo a presença de todos. O Dr. Antônio Guimarães, Assessor do Ministro Nilson Naves, justificou a ausência do Ministro Ilmar Galvão e anunciou que o Senador Bernardo Cabral chegaria mais tarde para se colocar à disposição dos presentes para dar esclarecimentos sobre a Reforma do Judiciário. O Desembargador José Fernandes Filho fez um síntese das suas gestões em Brasília a propósito do tema, informando que três emendas do Colégio foram aceitas pela Comissão de Constituição e Justiça, mas acha que o tema não será votado ainda no primeiro semestre. Ressaltou que a AMB está trabalhando ativamente para incluir emenda que adote eleição direta de todos os magistrados para as mesas diretoras dos Tribunais de Justiça. Acentuou que o Colégio deve lutar pelo critério de antiguidade para integrantes do Órgão Especial. Tedesco informou que a AJURIS está tentando incluir a eleição direta na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, tendo José Fernandes dito que o atual Presidente do S.T.F é a favor da eleição direta. José Fernandes diz que a extinção dos Tribunais de Alçada só pode ser feita pelos Tribunais de Justiça das unidades federadas que os possuem, e o Presidente Sérgio Nigro, de São Paulo, disse que é contra a incorporação dos alçadas, pois que tornaria o seu Tribunal inviável, no que foi acompanhado pelo Presidente Vicente Troiano, do Paraná. O representante de Minas Gerais disse que é contra a extinção dos alçadas. Marcus Faver, do Rio de Janeiro, disse que lá houve a fusão sem qualquer problema, ocorrendo, inclusive, a extinção de quatrocentos cargos por desnecessários, com a fusão. Disse que naquele Estado quem comanda a Justiça é o órgão especial. Tedesco, do Rio Grande do Sul, disse que a fusão no seu Estado aumentaria a política no Tribunal, pois os mais jovens querem chegar à Presidência. O Colégio decidiu ser contrário à extinção dos Alçadas. A seguir, José Fernandes disse que a Reforma do Judiciário não tem uma vírgula sequer para melhorar a prestação jurisdicional. O Colégio aprovou proposta no sentido de que só deverá caber recurso especial quando houver divergência entre dois Tribunais. O Ministro Nilson Naves disse que



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

gostaria de conversar em outra oportunidade com o José Fernandes sobre esse tema e sobre o Centro de Administração da Justiça. O Des. José Fernandes solicitou, mais uma vez, que o STJ excluísse do seu regimento a publicação de notícia criminis, o que coloca magistrados honrados à execração pública até com denúncias feitas anonimamente. O Des. Leônidas (MT) acrescentou que é incômoda a demora do STJ em julgar tais notícias de crimes. O Assessor do Ministro Nilson Naves disse que essa demora decorre do fato de que essas notícias de crimes são obrigatoriamente remetidas ao Ministério Público para exame. O Des. Veloso (PE) disse que se preserva a imagem de delinqüentes, mas não se preserva a de magistrados. O Des. José Fernandes cita o exemplo do Des. Etério Galvão, de Pernambuco, que foi objeto de notícias desairosas em toda a mídia do Nordeste após registro contra ele de notícia-crime pelo STJ. José Fernandes informa que apresentou emenda modificativa contra a proposta do Senador Peres (AM) no sentido de que os concursos para a magistratura fossem feitos por entidades públicas não pertencentes ao Poder Judiciário, com a participação do M.P., mas o Senador Cabral assegurou-lhe que a emenda de Péres não será aprovada. Alguns desembargadores (Pará e Piauí) disseram que já terceirizaram com sucesso os concursos em seus Estados para ingresso na magistratura. José Fernandes lamentou a aposentadoria do Ministro Néri da Silveira, que examinava com muita acuidade os assuntos relativos à magistratura. Relatou, ainda, que soube que o Ministro Marco Aurélio é a favor da L.R.F. adotar como regra para fixação de despesa a densidade populacional. Às 12 horas, o Senador Cabral tomou assento à Mesa, saudou a todos e disse ser contra a terceirização dos concursos, que entende ser uma diminuição para o Poder Judiciário e que é contra a eleição direta nos Tribunais. Relatou que já fez a sua parte e distribuirá texto emendado na próxima semana ao Senado, em 43 páginas e pediu a José Fernandes que as xerocopiasse para os Presidentes de Tribunais. Ressaltou que a lentidão do judiciário em grande parte decorre do fato de o Legislativo não lhe dar os instrumentos necessários para a execução de seus trabalhos. Ressaltou que devemos ficar alertas para as emendas que, eventualmente, possam ser apresentadas. A respeito da fixação de subsídios José Fernandes disse que a matéria é de difícil tramitação, porque o Congresso não quer desgastar-se perante a opinião pública. Revelou que há dois destaques sobre aposentadoria complementar no serviço público, mas que possivelmente não serão votados no corrente ano. Souto Maior, da Paraíba, distribuiu minuta de Convênio a ser firmado pelos TJs para agilizar cumprimentos de deprecatas, que esperava ser discutido e aprovado no Encontro de junho, no seu Estado. José Fernandes disse que o Centro Nacional de Tribunais de Justiça, criado pelo Colégio e dirigido pelo Des. Renato Mimessi, de Rondônia, remeteu à Comissão Executiva o relatório das suas atividades. Tedesco (RGS) disse que no seu Estado, com aprovação do Tribunal de Contas e adesão da Assembléia Legislativa e do M.P., o desconto do Imposto de Renda seria excluído do cálculo de despesas da L.R.F. O representante do Estado do Rio, Pres. Marcus Faver, disse que no seu Estado há um fundo próprio e não depende do Executivo para as despesas do Judiciário. O Presidente Luiz Gadotti (TO) alerta para o combate ao anteprojeto de lei federal que visa ao uso dos depósitos judiciais para pagar precatórios. Tedesco sugere que se oficie ao STF sobre a promessa não cumprida de fornecimento de



## **COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA**

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0\*\*31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0\*\*31) 3237.6811 / 3237.6276

computadores aos TJs, e José Fernandes esclarece que o STJ criou uma Comissão Técnica para esse fim. Ficou entretanto deliberado que se enviasse ofício ao STF, com o fim de apressar essa distribuição. O Pres. Nigro (SP) solicitou aos colegas que lhe enviassem cópias de leis sobre contas únicas de depósitos judiciais. Rêmoló diz que o Poder Executivo tem interesse na firmatura de convênios de contas únicas com os Bancos porque diminui seu repasse de verbas para os TJs. Ficou decidido que todos mandarão suas leis a respeito assunto até 09 de maio próximo para o Des. Rêmoló Letteriello analisar. Também até 09 de maio todos deverão encaminhar para o Des. José Augusto de Souza (MTS) informações como estão pagando URV. O Des. Marcus Faver fez críticas à Lei nº 10.352, que reformulou o CPC e estimulou recursos com sua gratuidade. Ficou de estudar a possibilidade de arguição de inconstitucionalidade. Foi posta em discussão, para reflexão, a necessidade de extinção dos Tribunais do Júri, tendo em vista a evação que hoje se faz sobre os jurados. Dr<sup>a</sup>. Sueli Pini distribuiu formulários a serem preenchidos e remetidos para o Des. Kasuo Watanabe (Centro Brasileiro de Pesquisas Judiciais) e solicitou aos Presidentes que lhe encaminhassem os endereços de seus Juizados Especiais e deu conhecimento de que o próximo Fórum de Coordenadores de Juizados Especiais se realizará em 27, 28, 29 e 30 de novembro deste ano, em Maceió. Ficou assentado que a Comissão Legislativa do Colégio se reunirá em Brasília. O Des. Marcus Faver sugeriu que a Comissão Executiva apresente emendas à Reforma do Judiciário e o Des. José Fernandes disse que já as tinha prontas, mas precisava da assinatura de 27 Senadores e pediu a ajuda dos colegas para conseguí-las. Ficou marcada a próxima reunião do Colégio para João Pessoa (PB), nos dias 20 a 23 de junho do corrente ano, confirmando-se o Encontro de agosto, no Rio de Janeiro, o de outubro, no Pará, e em novembro, em Sergipe. Ao encerrar os trabalhos, sob entusiásticos aplausos, o Des. Carmo Antônio de Souza agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo, eu, José Eduardo Grandi Ribeiro, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.

Seguem assinaturas.